

Os Princípios da Controvérsia sobre a Justificação

O. Palmer Robertson

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto*

O “caso da justificação” chegou à atenção da Faculdade do Seminário Teológico Westminster em 1975, quando foi informado que certos estudantes tinham apresentado uma posição que a justificação era pela fé e obras, quando examinados por várias igrejas. Em fevereiro de 1976, dois membros da Faculdade abordaram a situação formalmente, e pediram que, juntamente com o sr. Norman Shepherd, Professor Adjunto de Teologia Sistemática no Seminário, a Faculdade tentasse esclarecer o assunto.

Numa discussão anterior do assunto, feita pela Faculdade em 14 de abril de 1975, o sr. Shepherd tinha afirmando que, assim como a fé era o instrumento da justificação, as obras eram o instrumento da justificação também. Essa afirmação atraiu respostas vigorosas de vários membros da Faculdade, visto que desafiava de forma direta expressões dos símbolos doutrinários do Seminário. A *Confissão de Fé de Westminster* declara que a “fé... é o único instrumento da justificação” (11.2).

Nos primeiros anos da discussão na Faculdade e na Diretoria do Seminário, não estava claro que o sr. Shepherd tinha realmente ensinado na sala de aula que a justificação era “pelas obras”, bem como “pela fé”. Foi argumentado que um professor não poderia ser responsabilizado pelas formas como os seus estudantes possam entendê-lo. Foi também proposto que algumas das expressões do sr. Shepherd tinham sido investigatórias, e circunscritas somente à Faculdade.

Contudo, nas discussões de um Comitê Diretor da Faculdade em 1980, ficou finalmente claro pelas gravações de suas palestras de 1975 que o sr. Shepherd tinha ensinado na sala de aula que a justificação era pelas obras, bem como pela fé. Nessas palestras, o sr. Shepherd desenvolveu extensivamente a idéia que as obras funcionavam num papel paralelo à fé na justificação. Ele declarou que a justificação pressupõe a fé; fé não é a base da justificação, mas sim o instrumento da justificação. De forma paralela, ele declarou que a justificação pressupõe as boas obras; as boas obras não são a base da justificação, mas sim o instrumento. Embora fé e obras fossem mantidas

* E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em abril/2007.

como distintas em si mesmas, cada uma delas foi apresentada não como a base, mas como o instrumento da justificação.

Nesse ponto, certos aspectos da controvérsia como ela se desenvolveu originalmente podem ser observados.

Em primeiro lugar, o problema surgiu com as afirmações do sr. Shepherd que as boas obras serviam como o *instrumento* ou o *caminho* da justificação. Mas ele também declarou claramente que as boas obras são paralelas à fé como o instrumento da justificação.

Em segundo lugar, o sr. Shepherd declarou sua intenção em permanecer fiel ao ensino da *Confissão de Fé de Westminster* e dos seus catecismos. Esse fato deve ser lembrado, e explica muita da divergência nas subseqüentes avaliações da questão. Pois na mente do sr. Shepherd, seu ensino estava de acordo com os símbolos da igreja, embora indo além da *Confissão* e catecismos em certos pontos. A questão criada por suas formulações era se muitas de suas declarações estavam na verdade de acordo ou não com o ensino da Escritura e da *Confissão*.

Em terceiro lugar, o sr. Shepherd defendeu um papel “único” para a fé na justificação. A fé era vista como desempenhando um papel na justificação que nada mais poderia cumprir. Na verdade, as boas obras também deviam ser vistas como o instrumento ou “caminho” da justificação, mas a fé era apresentada como tendo um lugar distinto na justificação.

Essa afirmação sobre a “unicidade” da fé teve o efeito de tranquilizar os temores de muitos sobre o comprometimento do sr. Shepherd à doutrina reformada da justificação. Mas para outros, por seu ensino não excluir as obras como o “caminho” da justificação, a questão permanecia obscura.

Em quarto lugar, o sr. Shepherd desenvolveu a partir dessas formulações originais uma variedade de formas pelas quais poderia expressar sua posição distintiva. Originalmente ele afirmou que as boas obras eram o instrumento da justificação, assim como a fé o era. Então, por um período de tempo ele propôs que nem a fé nem as boas obras deveriam ser consideradas como o “instrumento” da justificação, visto que o termo “instrumento” tem o perigo de ser entendido como “causa instrumental”. Visto que somente a justiça de Cristo pode ser corretamente entendida como a causa da justificação, seria perigoso falar de fé ou obras como o “instrumento” da justificação. Finalmente ele falou da fé como “única” em seu papel como instrumento da justificação, enquanto as obras eram o “caminho” da justificação.

Todavia, por meio de toda essa divergência de fraseologia, uma consistência de posição estava sendo manifesta, indicada por um Relatório da Faculdade à Diretoria datada de 17 de maio de 1977. A subsequente avaliação de vários eruditos de fora também observou essa consistência. A despeito dos vários modos de expressão, fé e boas obras eram apresentadas consistentemente como paralelas uma à outra em sua relação com a justificação. Nesse esquema, alguém poderia falar do papel “único” das obras como o “caminho” da justificação, bem como do papel “único” da fé como o “instrumento” da justificação. Mas a distinção entre um “instrumento” da justificação e um “caminho” da justificação nas formulações do sr. Shepherd era difícil de determinar.

Em quinto lugar, o sr. Shepherd enfatizou a unidade orgânica de fé e obras na justificação. No final, ele pôde reduzir a uma única afirmação suas visões sobre o paralelismo de fé e obras na justificação. Ele podia afirmar que a justificação era “pela fé somente” e ainda reter sua posição que a justificação era pela fé e obras. Pois em sua visão, a “fé” que justifica é ela mesma uma obra de obediência, que é um aspecto integral da resposta pactual mais ampla da obediência para justificação. Se a justificação é pela “fé obediente”, ela é também pela “obediência da fé”. Se a justificação é por meio de uma “fé que opera”, ela é também pelas “obras da fé”. Assim, mesmo a afirmação clássica que a justificação é pela “fé somente” passa a significar que a justificação é pela fé e obras, visto que a “fé” que justifica é entendida como pertencendo às boas obras praticadas como o caminho da justificação.

Por causa dessa perspectiva distintiva, alguns entenderam que o sr. Shepherd estava atacando um inimigo reconhecido mediante suas formulações. Ele poderia enfatizar que a fé que não opera não pode justificar; e assim, os erros da “crendice fácil” seriam atacados. Mas por causa dessas expressões, ele também poderia querer dizer que as obras da fé justificam, e estaria comunicando uma vez mais o mesmo ponto que tinha recebido originalmente uma oposição vigorosa. De uma forma levemente diferente, ele estava afirmando sua visão que as obras bem como a fé justificam.

O sr. Shepherd cita como suporte bíblico para sua visão a declaração de Tiago que um homem é justificado pelas obras, bem como pela fé (Tiago 2:24). Em sua interpretação, Tiago estava falando essencialmente da mesma justificação que Paulo, e assim, pôde ser citado como prova que a justificação era “pelas obras”.

Nesse ponto, pode ser lembrado que tanto Martinho Lutero quanto João Calvino responderam explicitamente à análise católica romana dessas afirmações de Tiago. Como Calvino diz:

Para que não caíamos então nesse falso raciocínio que tem enganado aos sofistas [os Romanistas], devemos prestar atenção para o significado duplo da palavra *justificado*. Paulo quer dizer com ela a imputação gratuita da justiça diante do tribunal de Deus; e Tiago, a manifestação da justiça pela conduta, e isso diante dos homens, como podemos entender a partir das palavras precedentes, “mostra-me a tua fé”, etc.*

De acordo com os Reformadores, Tiago não diz que as “obras” devem ser adicionadas à “fé” ou inclusas na fé, como o caminho pelo qual os homens recebem a declaração judicial de Deus que seus pecados foram perdoados. No entendimento deles, Tiago não está nem mesmo discutindo o caminho do perdão da culpa, como Paulo o fez. Ao contrário, Tiago está descrevendo como um homem pode “mostrar” que sua fé é genuína (Tiago 2:18), e como a fé inevitavelmente chegará à sua consumação ou aperfeiçoamento nas boas obras (Tiago 2:22).

A discussão subsequente do assunto da “justificação” deve começar com uma plena ciência do estado original da questão. De outra forma, afirmações posteriores do sr. Shepherd, que na verdade continuam sua perspectiva inicial, serão ouvidas somente como afirmações de ortodoxia tradicional. A controvérsia começou com a afirmação do sr. Shepherd que as obras são paralelas à fé como o *instrumento* da justificação. O assunto continuou à medida que o sr. Shepherd insistiu que as obras eram o *caminho* da justificação, e que a fé inclui em sua essência as boas obras que justificam.

Fonte (original): *The Current Justification Controversy*, O. Palmer Robertson, The Trinity Foundation, p. 14-19.

* John Calvin, *Commentaries on the Catholic Epistles*, Eerdmans, 1948, 314f.